

# As fotografias de 1913 e o mundo do trabalho na Casa de Correção de Porto Alegre

Photographs from 1913 and the world of work at the Casa de Correção de Porto Alegre

Tiago da Silva Cesar\*

**Resumo:** Neste artigo, analisa-se um conjunto de 31 fotografias sobre a Casa de Correção de Porto Alegre, produzidas no início da década de 1910, atualmente sob a guarda do Museu Julio de Castilhos (RS), que, certamente, tiveram como principal objetivo a prestação de contas e autopromoção do administrador tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira Moraes. No entanto, através de um ajuste de lentes, ver-se-á que tais imagens também acabam falando do modo como o Partido Republicano Rio-Grandense olhava e tratava, não menos publicitariamente, as questões penitenciárias do estabelecimento que, por então, havia alcançado um considerável desempenho industrial. Através destas e outras fontes, como relatórios dos secretários de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, mensagens de governadores, jornais, regulamentos e da historiografia especializada, procurar-se-á reconstruir, ademais, o mundo do trabalho dos presos-operários da que foi a principal prisão sul-rio-grandense na primeira metade do século XX.

**Palavras-chave:** Casa de Correção de Porto Alegre; mundo do trabalho; história das prisões.

**Abstract:** This article analyzes a set of 31 photographs about the Casa de Correção de Porto Alegre, produced in the early 1910s, currently under the custody of the Julio de Castilhos Museum (RS), which certainly had as its main objective the provision of accounts and self-promotion of administrator Lieutenant-Colonel Francisco Antonio de Oliveira Moraes. However, through an adjustment of lenses, it will be seen that such images also end up talking about the way in which

\* Doutor em História Social pela Universidad de Córdoba (UCO/Espanha) e professor de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Também atua como professor e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH-UFRPE). E-mail: [tiago.scesar@ufpe.br](mailto:tiago.scesar@ufpe.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1044-9314>.

the Rio-Grandense Party looked at and treated, no less publicly, the penitentiary issues of the establishment which, by then, had reached a considerable industrial performance. Through these and other sources, such as reports from the Secretaries of State for Interior and Foreign Affairs, messages from governors, newspapers, regulations and specialized historiography, an attempt will also be made to reconstruct the world of work of worker-prisoners that was the main prison in Rio Grande do Sul in the first half of the 20th century.

**Keywords:** Porto Alegre House of Correction; world of work; history of prisons.

## Introdução

**E**m 2017, o Museu Julio de Castilhos (MJC), através da exposição intitulada “Casa de Correção – Dizer o Indizível”, deu a conhecer parte de um conjunto inédito de fotografias da Casa de Correção de Porto Alegre, datadas em 25 de janeiro de 1913. A exposição, que chegou a integrar a 15<sup>a</sup> Semana Nacional dos Museus, promovida em mais de 450 cidades pelo Instituto Brasileiro de Museus, não passou despercebida. Uma reportagem apareceu publicada no jornal *Sul21*, em 27 de maio de 2017, estampando algumas imagens intercaladas com pequenos textos informativos e falas de sua então diretora Gabriela Corrêa da Silva. Gabriela, nessa ocasião, explicou que as fotografias centenárias teriam sido doadas ao acervo do MJC, a raiz do achado de um funcionário da Superintendência de Serviços Penitenciários. Não se sabia praticamente nada sobre suas origens e funções, apenas que elas “foram destinadas para descarte há mais de 40 anos” e que, felizmente, terminaram no museu. Ainda segundo a reportagem, acreditava-se que as fotos teriam sido utilizadas para fins documentais, produzidas nos primeiros anos da década de 1910. Gabriela disse que: “Claramente, são pensadas e até posadas”, mas a jornalista Giovana Fleck, responsável pela matéria, acrescentara por conta própria que elas “representaria(m) um recorte do cotidiano livre dos abusos carcerários”.<sup>1</sup>

Pensamos, particularmente, que as 31 fotografias que constituem a totalidade do conjunto encontrado fizeram realmente parte de uma espécie de álbum que, talvez, originalmente, fosse ainda maior, e tivesse tido como principal objetivo prestar contas às autoridades governamentais, por parte da administração da Casa de Correção, tal como indica o carimbo que acompanha cada uma delas, não na própria imagem, mas no suporte sobre o qual fora afixada, contendo as seguintes inscrições sobrepostas: “Casa de Correcção/Administração”, ambas em caixa alta, seguidas da informação: “Porto Alegre/Estado do Rio Grande do Sul”. O único dado incorporado à mão, abaixo do nome da instituição, foi a data: “25-01-1913”. De resto, cada foto gozava de um título ou legenda,

<sup>1</sup> FLECK, Giovana. ‘Dizer o indizível’: fotografias encontradas ao acaso resgatam história da Casa de Correção. *Sul21*, 27 maio 2017. Disponível em: [https://sul21.com.br/cidadesz\\_areazero/2017/05/dizer-o-indizivel-fotografias-encontradas-ao-acaso-resgatam-historia-da-casa-de-correcao/](https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2017/05/dizer-o-indizivel-fotografias-encontradas-ao-acaso-resgatam-historia-da-casa-de-correcao/). Acesso em: 9 jun. 2024.

redigida manualmente na mesma moldura ou suporte onde vinham coladas, na parte superior, além de uma numeração.

Sabemos que, em janeiro de 1913, todavia, encontrava-se à frente do principal estabelecimento prisional do Rio Grande do Sul o administrador tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira Moraes, que levava no cargo desde 21 de maio de 1906.<sup>2</sup> Não temos muitas informações sobre suas relações com a cúpula do PRR, mas suspeitamos que as existentes não eram de pouca monta, pois, em agosto de 1912, o chefe de Polícia Vasco Pinto Bandeira se queixava de que Moraes “reincidiu na falta indesculpável de não apresentar, a esta Chefia, o seu relatorio annual, falta, esta, repetida tres annos consecutivos”.<sup>3</sup> Diante disso, é possível que as fotos de 1913 tenham sido uma resposta à chamada de atenção, ou, ainda, uma prestação de contas junto às instâncias superiores, saltando-se a cadeia de mando. Tirando isso, há de se ter presente que as reformas republicanas em assuntos prisionais eram relativamente recentes. Entre as medidas encaminhadas em 1895, uma redundou na promulgação de um novo regulamento e na rebatização da Cadeia Civil que, pelo Ato n.º 24, de 29 de fevereiro de 1896, passou a se chamar Casa de Correção. As oficinas que até então existiam sob o cuidado dos presos foram estatizadas em 1897, e outras abertas sob a batuta do Estado nos anos subsequentes. Com efeito, foi durante a gestão de Moraes que se introduziu a corrente elétrica no recinto penitenciário, permitindo que duas de suas oficinas se tornassem rapidamente bastante lucrativas, a saber: a de serralheria, inaugurada em 21 de julho de 1910, e a de marcenaria, que, com um “pequeno motor” adquirido, passou a poder dispor igualmente de maquinário elétrico especializado para serrar e aplinar.

Apenas para se fazer uma ideia, já em 1910, se orçava a produção da primeira em um montante “superior a cem contos de réis”.<sup>4</sup> Mas talvez os valores líquidos auferidos pelas oficinas falem bastante sobre o ano das fotografias. Em 1911, as oficinas como um todo lucraram mais de 77 contos; em 1912, um pouco mais de 124, ultrapassando assim, pela primeira vez, desde o início da transformação da Casa de Correção em uma fábrica, a marca dos cem contos de lucro. E, em 1913, bateria um novo recorde, superando os 126 contos de réis.<sup>5</sup> Quando da confecção do álbum, contava-se nove oficinas: marcenaria, serralheria, sapataria, alfaiataria, padaria, fotografia, mosaico, tela e virolas. As de tipografia

2 Moraes administrou a Casa de Correção desde 21/5/1906, até, aproximadamente, 4/2/1913. Ele substituiu na função ao tenente-coronel José Diogo Brochado, que exerceu o cargo entre 7/1/1905 e 21/5/1906. Exonerado a pedido, Brochado assumiu na manhã seguinte, dia 22 de maio de 1906, o cargo de contador da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 21 maio 1906; p. 2, 9 jan. 1905.

3 ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 9 de setembro de 1912**. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1912. p. 626.

4 RELATORIO do Interior. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 1 nov. 1910.

5 CESAR, Tiago da Silva. As oficinas e o trabalho penal dos condenados da Casa de Correção de Porto Alegre (1895-1930). **Tempo**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 517, set./dez. 2021a.

e tanoaria seriam montadas ao longo daquele mesmo ano, e não se esquecendo do jardim, horta e usina elétrica, que também exigiam jornadas de trabalho de seus presos-operários.<sup>6</sup> Ora, parece bastante compreensível que, diante de tais números, os máximos responsáveis pelo estabelecimento penitenciário sul-rio-grandense desejassem, no início de janeiro de 1913, plasmar em fotografias seus logros, imortalizando em imagens seus funcionários, as melhorias físicas introduzidas no recinto penal, incluindo, obviamente, poses dos presos-operários em algumas das principais oficinas.

Não há dúvidas de que essas imagens tinham como objetivo mostrar o zelo por parte do administrador responsável pela Casa de Correção, mas, se olharmos bem, se verá, como o outro lado da mesma moeda, que a confecção calculada dessas fotografias não deixava de servir, igualmente, à promoção do próprio sistema penitenciário implementado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). É importante ressaltar que os mandatários do PRR consideravam modélico o sistema por eles adotado na Casa de Correção de Porto Alegre. Desde pelo menos o início do século XX, não somente rasgavam elogios, mas também o defendiam sempre que possível como exportável a todo o país. Fotografar, portanto, o que eles consideravam o principal estabelecimento penal brasileiro, além de negócio sério, tratava-se de uma questão literalmente de Estado. Há de se dizer, não obstante, que a prática *per se* não era nova. Outras experiências latino-americanas consideradas exitosas, a exemplo da Penitenciaría Nacional de Buenos Aires,<sup>7</sup> ou da inauguração, em 1908, da penitenciária do Ahú, em Curitiba,<sup>8</sup> costumavam lançar mão do registro fotográfico pelo seu reclamo publicitário, documental e científico. Assim, embora não tenhamos indícios de que o álbum tenha sido pensado para ou usado em exposições e congressos penitenciários, é fato que o penitenciarismo positivista do PRR não queria ficar de fora da vitrine.

De todos modos, até se poderia concordar com a ideia de uma produção consciente de documentos, mas não que “representaria um recorte do cotidiano livre dos abusos carcerários”, como também se sugeriu. Não se pode afirmar que todos os reclusos retratados tenham assentido de livre e expontânea vontade. E, mesmo que não tivessem sido obrigados, não se descarta que alguns tenham se sentido de alguma forma constrangidos a posar.<sup>9</sup> Seja como for, essas imagens nem revelam *liberdade*

6 ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1913.** Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1913. p. 530 e 528. A expressão “preso-operário” é das próprias fontes oficiais e periodísticas da época.

7 GÓMEZ, Eusebio. **El trabajo carcelario en la Penitenciaría Nacional de Buenos Aires:** comunicación al 4º Congreso Científico (1º Pan Americano). [S.I.], 1908. As fotografias dos “talleres penitenciarios” compreendem a maior parte do livrero, p. 19-61.

8 SILVEIRA, Maria Helena Pupo. **O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: educação e trabalho na penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

9 Um exemplo limite do que estamos tratando pode ser o caso do preso Dr. Anísio, que veio a óbito após ter sido posto a ferros e em restrição alimentar por ter se negado a posar para uma fotografia ao lado do cangaceiro Antônio Silvino. CUNHA, Israel Ozanam de Sousa. **Quem era o Doutor Anísio?** O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de

nenhuma, nem reduzem os sujeitos à *passividade*, tal como nos ensina Edwards.<sup>10</sup> Muita coisa sucedia por trás das instantâneas, além de que o trabalho em si, em ritmo fabril, desagradava muita gente.<sup>11</sup>

Por isso, a questão que devemos colocar a essas imagens, além do que elas mostram ou tentam esconder, são as escolhas realizadas pelas autoridades, por trás das lentes do fotógrafo, sobre a melhor forma de retratar e expor as instituições penitenciárias (cenas, detalhes, vistas, enquadramentos, posturas etc.) e seus usos. Essas fotografias são, antes de qualquer outra coisa, fragmentos de discursos. Pelo lugar ocupado nas fotos, até se poderia recuperar sem muita dificuldade o nome de alguns funcionários, mas os presos, embora fossem a mão de obra sem a qual nada se produzia nessa *prisão-fábrica*, perdem-se num universo maior de indiscriminados. Como diria Maresca, com a “fotografia de massa, acumulam-se os traços do esquecimento”.<sup>12</sup> Sem dúvida, uma das diferenças básicas desse tipo de álbum em relação a outros em que o objetivo era justamente facilitar o reconhecimento dos indivíduos retratados, como a célebre “Galeria de condenados” estudada por Koutsoukos.<sup>13</sup>

Foucault, por sua vez, em análise clássica do desenvolvimento das prisões modernas, ressaltou como os ponteiros do relógio e a disciplina assaltaram seus muros através dos regulamentos que passaram a organizar tanto a vida do encarcerado quanto a do carcereiro.<sup>14</sup> De fato, em nossas imagens, não há espaço para um *tempo* que não seja produtivo e regulado, e isso fica bastante patente e materializado de maneira quase onipresente através de uma gramática gestual do *trabalho*. Do administrador aos funcionários da secretaria, passando pelo farmacêutico e médico, aos guardas internos e militares responsáveis pela vigilância externa do estabelecimento, todos são retratados rígidos, eretos, de fisionomia sisuda, em pleno exercício de seus cargos e funções. E com os presos não seria diferente. Todos os indivíduos capturados pelas lentes do fotógrafo aparecem, ou trabalhando nas oficinas do estabelecimento, ou exercendo atividades laborais como cozinheiros ou padeiros. O êxito econômico alcançado pelo estabelecimento não deixava margem a outros discursos e representações que não fossem os de ordem, trabalho e moralização, por certo, bastante caros aos correligionários do PRR.

---

Campinas, Campinas, 2018. p. 273-275.

10 MAUAD, Ana Maria. Fotografia, história e antropologia: uma entrevista com Elizabeth Edwards. **Tempo**, Niterói, v. 29, n. 1, p. 319, jan./abr. 2023.

11 CESAR, Tiago da Silva. “Que me importa que o governo recolha o meu dinheiro à caixa econômica, se eu tenho que morrer na prisão!?”: contestações e resistências ao regime penitenciário da Casa de Correção de Porto Alegre (1897-1930). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 31, p. 1-19, 2024.

12 MARESCA, Sylvain. As figuras do desconhecido. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, p. 72, 1996.

13 KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo**: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 205-259.

14 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2012.

## O mundo do trabalho na Casa de Correção

EM 1913, a Casa de Correção contava apenas com um andar térreo e outro superior, franqueado por um torreão garnecido com as armas do Estado do Rio Grande do Sul, tal como se vê na Imagem n. 1, de 1898. A ampliação que lhe daria outro andar só viria em 1917. Conforme o relatório de Frederico Ortiz,<sup>15</sup> de 1913, a população reclusa superava as cinco centenas e era distribuída em 53 míseros xadrezes que, além de impedir o cumprimento do sistema alburniano adotado pela instituição, gerava um estado “assustador” de insalubridade. Um pouco mais de um mês da toma das fotografias, Ortiz denunciava assim ter encontrado o estabelecimento, em uma situação sanitária deplorável, com 31 presos baixados na enfermaria, além de uma “sensível falta de asseio” por todo lado.<sup>16</sup>

Imagen nº 1



Imagen nº 2



Fonte: Seminário de Pesquisas do AHRS, 1., 2001. Porto Alegre. **Anais** [...] 2001, n.p. MJC, n. 9749.

Não obstante, como as fotografias de 1913 foram realizadas movidas por interesses propagandísticos pessoais e institucionais, o que se vê, por exemplo, na Imagem n. 2, é uma cela ampla, limpa e arejada. Tudo nela é devidamente pensado e encenado. Repare-se que está bastante arrumada e que, apesar de posarem apenas cinco reclusos, abriga pelo menos 13 camas, ou seja, o número exato poderia ser ainda maior. Note-se que os retretes dividiam o mesmo espaço, mas a disposição dos moringues dava um ar de asseio e cuidado junto às canecas e latões de água. A limpeza e organização do recinto deveria refletir a disciplina inculcada através do trabalho penal e dos valores transmitidos pela atenção religiosa e educacional oferecida aos presos-operários. Como se de um selo de qualidade de gestão penitenciária se tratasse, cuidou-se por se destacar nas imagens a ordem, decoro

15 O tenente-coronel Frederico Ortiz foi o sexto administrador da Casa de Correção de Porto Alegre após a implementação das oficinas. Sua nomeação saiu em 4 de fevereiro de 1913, mas ele só assumiu o cargo no dia 7 do mesmo mês, sucedendo ao também tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira Moraes “que pedira exoneração”. Antes de assumir o penal e permanecer à sua frente até julho de 1920, Ortiz ocupou a cadeira de sub-chefe de polícia da 6ª região policial, e era um reconhecido correligionário do PRR. ALVES, op. cit., 1913, p. 508. Idem, 1915, p. 67. VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 3, 7 fev. 1913.

16 ALVES, op. cit., 1913, p. 510-511.

e moralização, começando pelos funcionários, passando pelos presos e terminando com os espaços carcerários como um todo.

Mas foram, sem dúvida, as imagens que colocavam de manifesto a *vocação industrial* do estabelecimento prisional porto-alegrense as que sobressaíram em seu conjunto em relação a todas as demais. Daí que se tenha feito retratar até mesmo a entrada do saguão de acesso ao interior do edifício, onde figuravam duas placas de “atenção” com o disposto no artigo 197 do regulamento de 1896, a saber: que as “obras manufacturadas nas officinas da Casa de Correcção, não sahirão do estabelecimento sem o respectivo pagamento”.<sup>17</sup> Em um dia normal de 1913, começava-se cedo. Às 6h30, fazia-se a distribuição dos gêneros alimentícios. Às 7h os presos-operários saíam para o trabalho nas oficinas. Às 16h30, procedia-se a inspeção das celas, e uma vez concluída, se recolhiam os presos, procedendo-se em seguida uma chamada nominal e numérica que poderia se estender até as 18h.<sup>18</sup> O ritmo, portanto, era frenético tanto para encarcerados quanto para carcereiros.

Imagen nº 3

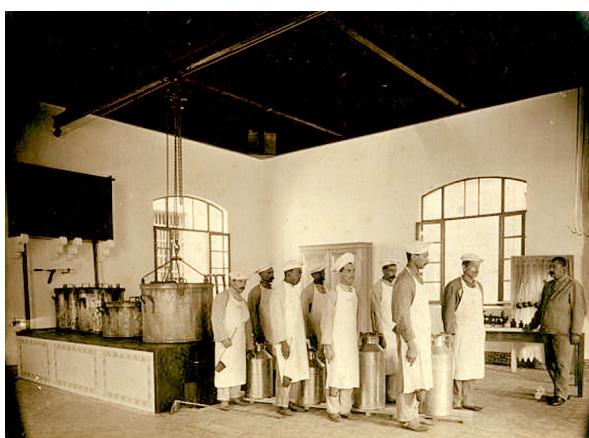


Imagen nº 4



Agora, imagine-se como deveria ser o ambiente laboral na cozinha e padaria que alimentavam uma média diária de 500 indivíduos? Dado o ritmo intenso e esgotante de um serviço de primeira ordem, os presos que integravam as equipes que se revezavam por turnos de trabalho certamente não teriam como seguir os mesmos horários e disposições que os demais. Tanto a cozinha como a padaria (imagens n. 3 e n. 4) estavam localizadas no térreo, onde seria o pátio interno, porém em edificações próprias e separadas do restante do edifício. A cozinha, em 1913, ocupava uma casinha de alvenaria pintada de branco, circundada por seis amplas janelas de vidro, que parecia estar perfeitamente equipada para a demanda industrial. Em seu serviço se empregavam 13 detentos.<sup>19</sup>

Por questão de espaço, não incluímos a fotografia de sua fachada externa, nem mesmo a da despensa onde se guardavam os gêneros alimentícios, balanças e

17 MJC, n. 929. Seminário de Pesquisas do AHRS, 1., 2001. Porto Alegre. *Anais* [...] 2001, n.p.

18 ALVES, op. cit., 1913, p. 508.

19 Ibidem, p. 531.

outros trastes.<sup>20</sup> Mas podemos descrever ambos espaços como aparentemente bem apresentados, limpos e organizados. É importante dizer que, desde finais do século XIX, os presos passaram a denunciar com maior contundência não somente práticas de maus-tratos, mas também o oferecimento de alimentos em péssimas condições de consumo. Lembre-se que o próprio PRR, durante a década de 1880, esteve politizando essas e outras denúncias contra o governo de d. Pedro II.<sup>21</sup> Demonstrar despreocupação com a conservação dos mantimentos ou com quaisquer aspectos que atentassem contra a vida dos presos colocaria em xeque a própria *narrativa humanitária* produzida pelo partido.<sup>22</sup>

Na Imagem n. 4, por sua vez, vemos a um grupo de reclusos posando com aventais e alguns instrumentos de padeiro. Pode-se observar as pás, uma balança e alguns pães sobre uma mesa. No lado direito, é possível ver parte de uma pilha de lenha que deveria alimentar o forno de tijolo à vista, justo atrás dos presos-padeiros de expressivos bigodes. No ano da toma desta foto, a padaria da Casa de Correção já contava com dez anos de existência<sup>23</sup> e produzia 4.477 pães diariamente, distribuídos da seguinte maneira: 1.036 para o correcional, 1.700 para o hospício, 899 para os Corpos da Brigada, 342 para depósitos de recrutas e enfermaria da mesma instituição e 500 para o 10º Regimento do Exército.<sup>24</sup> Conforme se dizia, todo o trabalho era realizado por duas “turmas de padeiros” que se revezavam “dia e noite”, “a fim de que semelhante trabalho que é por demais pezado, não fatigue os respectivos operarios”.<sup>25</sup>

Alguns anos depois, a padaria da Correção ficaria famosa por fornecer pão a terceiros e, dessa forma, contribuir para o boicote à greve dos padeiros, ocorrida em maio de 1919. Durante seis dias, ela logrou suprir parte considerável da demanda de pão da

20 Pelo mesmo motivo, não foi possível trazer neste estudo outras 14 fotografias, a saber: vista da secretaria, dos guardas internos, interior da alcova dos guardas, vista do alojamento da guarda militar, vista da entrada da área interna, do saguão de acesso, sala do dínamo da usina elétrica, sala de bateria de acumuladores, farmácia, consultório médico, cozinha dos internos, escola e as duas seções da enfermaria. Desnecessário seria dizer que, em alguns desses serviços, havia presos trabalhando como ajudantes ou auxiliares. Aproveitamos o espaço para esclarecer que o itinerário narrativo construído a partir de algumas fotografias do álbum não segue em absoluto a ordem que tivera originalmente, dado que, por certo, desconhecemos. A ordem de uso das imagens são, portanto, fruto da própria proposta de análise do autor.

21 CESAR, Tiago da Silva. A “questão penitenciária” no Rio Grande do Sul como arma política contra o Império (1884-1889). **Revista de História**, São Paulo, n. 182, p. 1-29, 2023a.

22 CESAR, Tiago da Silva. Felicíssimo Manoel de Azevedo e o pensamento protopenitenciário do Partido Republicano Rio-Grandense: política, imprensa e narrativa humanitária no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 854-875, set./dez. 2023b.

23 ABBOTT, João. **Relatorio apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 20 de agosto de 1903**. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Liv. do Commercio, 1903. p. 16.

24 ALVES, op. cit., 1913, p. 522. No mesmo documento, Frederico Ortiz comenta ter convencido o diretor do hospício a voltar a consumir o pão da Casa de Correção, o que efetivamente ocorreu a partir de março de 1913. Não foi possível determinar quando e por qual motivo aquela suspensão teve lugar, mas por outro relatório da Secretaria do Interior e Exterior, de 1910, consta que por então se vinha abastecendo o hospício e a Brigada Militar, ademais dos próprios fabricantes. Relatorio do Interior. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 1 nov. 1910.

25 ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Ex. Snr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercicio do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1915**. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Casa de Correcção, 1915. p. 70.

população porto-alegrense. O fato marcou a memória da sociedade porto-alegrense e chegou a ser mencionado como um “facto curiosissimo” pelo articulista Mario Guedes, em sua coluna “Notas Econômicas”, no jornal carioca *Correio da Manhã*, de 7 de janeiro de 1920.<sup>26</sup> Antes de seguirmos em frente com as demais oficinas retratadas, devemos registrar que no estabelecimento prisional gaúcho também se realizavam outras atividades laborais não menos importantes, senão fundamentais.

Em 1913, por exemplo, a lavagem da roupa dos detentos, xadrezes e corredores era realizada por uma turma de 31 reclusos “tirada dentre aquelles que não tem inclinação para o serviço das officinas”. A lavagem de roupa, concretamente, era feita diariamente em seis tanques, e depois de “passada a ferro alguma”, devolvida ao dono.<sup>27</sup> Plauto de Azevedo<sup>28</sup> repetiria algo parecido em 1921, quando informou que os presos impossibilitados de trabalhar nas oficinas, seja pela falta de aptidão, desenvolvimento físico, doença, ou porque superavam as vagas necessárias, nem por isso deixavam de ser “aproveitados em outros serviços”, tais como: enfermeiros, padoleiros, lavadores, cozinheiros, jardineiros, barbeiros, pedreiros, calceteiros, dispenseiros, auxiliares de escrita, finalizando com um inconclusivo, mas sugestivo “etc”.<sup>29</sup> Diante da forma com a qual se organizava o trabalho penitenciário, o conceito de “trabalho de condenados” (*convict labour*) apresenta-se em nosso caso totalmente

26 NOTAS Econômicas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 jan. 1920. O esforço que supôs o suprimento de pão, entre os dias 14 e 20 de maio de 1919, foi caracterizado como um autêntico “tour de force”. Ordenado pelo governo do Estado, criaram-se “diversos depositos em diferentes pontos da cidade”. Segundo se acrescentou, “esse fornecimento foi feito com regularidade, fabricando a nossa padaria varias toneladas de pão diariamente. É certo que, dada a capacidade de nossos fornos, o suprimento completo da população, que consome mais de 500.000 pães diarios, não foi possível. Todavia, fazendo o que fez este Estabelecimento, muito concorreu para a ineficacia do plano grevista”. Após a experiência grevista, com receio de que se repetisse “anormalidade semelhante”, o governo destinou uma verba de três contos de réis para o aumento da capacidade dos fornos, “collocando-os na possibilidade do fabrico diario de uma grande parte do que carece a população”. Afirmou-se que a reforma seria compensada pela economia de lenha, e para não gerar maiores críticas, se garantiu que, enquanto reinasse a normalidade, não se faria “fornecimento a particulares”. ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1919*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, I vol., 1919. p. 387 e 392. Talvez não seja forçado admitir que esse gesto seja também uma reação mais contundente do governo estadual diante da anterior greve de 1917, que, certamente, estaria ainda muito viva na memória das autoridades. Pois, naquela ocasião, os padeiros foram das primeiras categorias que aderiram à greve, ao lado de tipógrafos, pedreiros, carpinteiros e tecelões. Consta, inclusive, que na “Praça Garibaldi grupos de padeiros chega[ra]m a distribuir pão de graça aos ‘miseráveis’”. BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, [s.d.]. p. 33-34.

27 Em 1913, os trabalhos no jardim e horta ocupavam dez indivíduos, e a usina elétrica outros cinco homens. ALVES, op. cit., 1913. p. 530-531 e 528.

28 Plauto foi designado pelo governo do Estado para substituir Frederico Ortiz “durante o seu impedimento”, em 1º de julho de 1920. A nomeação, não obstante, só saiu em 6/10/1920, pelo Decreto nº 2671, “visto ter sido concedida aposentaria” à Ortiz. Antes de assumir e se tornar o sétimo administrador da *era fabril* da Casa de Correção, e, ao que tudo indica, primeiro civil, Plauto exerceu o cargo de delegado judiciário do 1º Distrito de Porto Alegre. ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1921*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, I vol., 1921, p. 465.

29 Ibidem, p. 467. Para se fazer uma ideia mais ampla acerca do emprego de presos (independente da condição de sentenciados a galés ou condenados a trabalhos) em inúmeras tarefas e trabalhos dentro e fora da prisão, durante o período imperial, recomendamos o capítulo “O trabalho: antídoto a todos os males”, em CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2015. p. 122-138.

válido, já que se tratava efetivamente de trabalho realizado por indivíduos tanto sob controle penal quanto administrativo.<sup>30</sup>

## A oficina de fotografia

CERTAMENTE ESSA OFICINA tem suas raízes no gabinete de identificação criado por Borges de Medeiros, quando, em 1895, ocupava a cadeira de chefe de Polícia. Em seu relatório desse mesmo ano, além de informar que o referido gabinete funcionaria provisoriamente no estabelecimento prisional porto-alegrense, acrescentou que desde junho vinha operando “com alguma regularidade” o atelier fotográfico.<sup>31</sup> Há, não obstante, outra versão compreendida no relatório relativo ao período de 1º de junho de 1899 a 31 de maio de 1900, do tenente-coronel Ernesto Theobaldo Jaeger,<sup>32</sup> de que dita oficina teria surgido do aproveitamento dos conhecimentos do preso Walter Mende.<sup>33</sup> Segundo Pesavento, suas habilidades resultaram patentes na qualidade técnica e artística, “suprindo todas as necessidades” da instituição. Ainda segundo a historiadora, o relatório de Jaeger trazia anexadas algumas fotografias que “bem ilustravam a qualidade do trabalho” executado, “além de exibirem as boas condições reinantes no estabelecimento e nas diferentes oficinas”.<sup>34</sup>

Ao que parece, depois de Mende, essa oficina foi tocada durante algum tempo por outro sentenciado de nome Jorge Raimbault, que foi um famoso falsificador de moeda que arribou na Casa de Correção em plena administração de Ernesto Jaeger. Sua dedicação ao ofício e modos polidos conquistaram a confiança de Jaeger, que acabou entregando-lhe a direção do serviço do gabinete de fotografia que complementava o de antropometria. O “hábil artista”, entretanto, não se ocupou apenas de retratar os presos que davam entrada no correccional. Segundo Galeano, com o tempo, ele passou a oferecer seus serviços para fora dos muros da prisão. Com efeito, quando precisou de algumas cartas de referência para solicitar, em 1904, um pedido de revisão criminal ao Supremo Tribunal Federal, contou com ninguém menos que Virgilio Calegari, com quem vinha colaborando com pedidos

30 DE VITO, Christian G.; LICHTENSTEIN, Alex. Writing a Global History of Convict Labour. *International Review of Social History*, Cambridge, v. 58, p. 291, ago. 2013.

31 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. p. 153-154.

32 Nascido em Porto Alegre, em 21/2/1857, foi secretário da Chefatura de Polícia e presidente do Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional e da Associação dos Funcionários Públicos. Em comissão chegou a exercer inúmeras vezes o cargo de chefe de Polícia do Estado e, durante quase cinco anos, ocupou a cadeira de administrador da Casa de Correção (10/10/1899-25/5/1904), sucedendo ao capitão Antonio Leite Mendes Bastos, falecido entre julho e setembro de 1899. Nomeado oficial da citada chefatura por decreto do Ministério da Justiça, em 29/5/1886, desempenhou diversos cargos, entre os quais, o de diretor e sub-diretor da referida secretaria e delegado de polícia. Faleceu na capital em 15/5/1923. VIDA Social. **A Federação**, Porto Alegre, p. 3, 15 maio 1923. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 26 jul. 1899. SECÇÃO Judiciária. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 21 set. 1899.

33 Em abril de 1901, se noticiou que Mende seria julgado pela segunda vez, pela acusação de ter deflorado uma menor paralítica. TELEGRAMMAS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 30 abr. 1901. E, em 23 de fevereiro de 1902, João Kiefel, seu procurador, foi preso por ter-lhe roubado dez contos de uma conta que possuía na Caixa Econômica. Mende é referenciado nesta nota como “fotógrafo”. OS ESTADOS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 14 mar. 1902.

34 PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009. p. 105 e 110.

provenientes de seu estúdio nos últimos anos, além dos irmãos Barbeitos, que, por sua vez, reconheceriam a destreza e o prestígio artístico das suas obras.<sup>35</sup>

Imagen nº 5



Imagen nº 6



Fonte: MJC, n. 9720, 9721.

Mas, antes de fugar-se em 1905, o exímio profissional ainda deixou outras marcas duradouras de sua passagem pelo penal porto-alegrense. Galeano observou, por exemplo, que alguns dos retratos por ele pintados dos líderes do PRR, como os de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, foram parar na sala de honra da chefatura de polícia<sup>36</sup> e, ao que tudo indica, também na sala de honra da própria *Correção*, conforme sugere a Imagem n. 5.

Nela, concretamente, aparecem, da direita para a esquerda, os quadros finamente emoldurados de Carlos Barbosa, Julio de Castilhos e Borges de Medeiros. Suspeitamos, pela diferença da moldura e época em que o primeiro governou o estado do Rio Grande do Sul, que o retrato de Carlos Barbosa seja mais recente e da fábrica de outro profissional. Casualidade ou não, a data registrada à mão em todas as fotografias do conjunto em análise coincide justamente com o último dia de mandato desse governante: 25 de janeiro de 1913.

Valendo-nos, todavia, da análise de Galeano, poderia-se fazer inclusive um paralelo entre as ações de Raimbault e as do tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira Moraes. Pois, assim como Raimbault agiu estrategicamente para gerar empatia, mostrando-se, além de hábil no ofício e trabalhador morigerado, um exímio afagador de ego dos chefes do PRR, confeccionando seus retratos a crayón;<sup>37</sup> também o nosso administrador deve ter agido de forma não menos calculista quando ordenou a feitura do álbum que lhe deixava, a despeito das críticas do seu sucessor, visualmente bem parado. Por certo, ele mesmo se fez retratar trabalhando, conforme a Imagem n. 6. O álbum, portanto, deveria mostrar sua dedicação

35 GALEANO, Diego. Un artista del delito. La circulación de moneda falsa entre el Río de la Plata y Brasil. In: CAIMARI, Lila; SOZZO, Máximo (coord.). *Historia de la Cuestión Criminal en América Latina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2017. p. 214.

36 Ibidem, p. 213.

37 Ibidem, p. 213.

irreprochável à frente do penal, simplesmente digna de elogios por parte de seus superiores. Era a um só tempo uma prestação de contas e uma forma de *provar* ser merecedor da confiança depositada, indispensável para seguir angariando indicações para outros cargos e serviços públicos.<sup>38</sup>

A fotografia, como vimos observando, há muito havia sido incorporada à burocracia policial-penitenciária, através do gabinete de antropometria proposto pelo médico Sebastião Leão,<sup>39</sup> mas também para documentar as melhorias e os supostos avanços penitenciários desde praticamente a chegada dos republicanos ao poder. Fosse como propaganda governamental ou autopromoção de funcionários, ou, simplesmente, uma mistura das duas, o fato é que sua importância era indiscutível. Por isso mesmo essa oficina receberia os cuidados necessários para que continuasse operando. Assim, quando Frederico Ortiz comenta em seu primeiro relatório sobre a oficina de fotografia, dizendo que o “decrescimento” de sua renda se devia à libertação de Ildefonso Robles,<sup>40</sup> “habil artista photographico que lhe dera vida”, devemos tomar o segundo comentário antes como um elogio do que como confirmação acerca de uma suposta fundação dessa oficina pelo referido sentenciado.<sup>41</sup>

Particularmente, acreditamos que o homem de terno mais claro que aparece no centro da Imagem n. 7 pudesse realmente se tratar de Ildefonso Robles. Sabe-se que sua detenção ocorreu em 1908 e que a sentença impôs uma pena de quatro anos de prisão celular. Se a imagem for de finais de janeiro de 1913, tal como a dataram de maneira manuscrita, ou de início da década de 1910, é bastante factível que por então estivesse todavia cumprindo pena na Correção. Mas não é só isso que sustenta nossa hipótese. Também reconhecemos ver um certo parecido entre essa foto de perfil com outras imagens do rosto de Robles, publicadas na revista *Mascara*.<sup>42</sup> De estarmos certos, ele é o fotógrafo do álbum de 1913.

Em todo caso, o importante a ser enfatizado é que o trabalho nessa oficina não parava. E tanto que se por um lado se lamentava a saída de Robles, por outro se anunciava seu

38 Com efeito, quando se exonerou poucos dias depois, não tardou em ser novamente aproveitado pelos correligionários. Através de uma portaria de 7/6/1915, o encontramos sendo nomeado administrador dos armazéns do Estado. VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 7, 10 jun. 1915. É importante lembrar, nesse sentido, que Jaeger até pode ter sido o primeiro a usar o recurso fotográfico em favor próprio, mas não o único. Após deixar o cargo na *Correção*, ele assumiu como secretário da Secretaria-Geral da Chefatura de Polícia. CHEFATURA de polícia. **A Federação**, Porto Alegre, p. 3, 16 nov. 1905.

39 NETTO, Andrade Neves. Repartição de anthropometria criminal. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 15 maio 1895.

40 Sobre o artista litógrafo Ildefonso Robles se sabe que foi preso em 1908 e sentenciado a quatro anos de prisão celular e 12<sup>1/2%</sup> sobre o dano causado pelo crime de fabricação de selos falsos do consumo. SELLOS de consumo. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 22 jun. 1908. VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 4, 15 dez. 1911. Depois de sua saída da Casa de Correção, tornou-se um profissional bastante prestigiado na capital do Estado, chegando a ter sociedade com Virgílio Calegari. Suas fotografias ornaram o n. 7 da revista ilustrada *Espanha*, e participou ativamente na revista *Mascara*. SECÇÃO commercial. **A Federação**, Porto Alegre, p. 7, 15 set. 1916. VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 6, 19 jan. 1918. VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 6, 21 jan. 1918.

41 ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1913**. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1913. p. 525.

42 MAS... caras conhecidas. **Mascara**, Porto Alegre, n.p., 5 fev. 1918. AS NOSSAS trichromias. **Mascara**, Porto Alegre, n.p., 30 mar. 1921.

Imagen nº 7



Imagen nº 8



Fonte: MJC, n. 9742, 9750.

substituto, a saber, o preso Flavio Correa Baptista, por estar “adeantado na arte, suprindo hoje, em certos detalhes, as vantagens daquelle ex-detento”. Ortiz tinha expectativas de que Flavio pudesse ser aproveitado “na feitura de clichês, em que é perito”, para a recém-criada oficina de tipografia.<sup>43</sup> De resto, os “retratos dos detentos” continuavam

43 Segundo informações governamentais, essa oficina já estava, em 1910, por ser instalada, “para o que [...] foi adquirido o respectivo material, e onde poderão ser impressos, com pouca despeza, varios trabalhos de utilidade publica”. RELATORIO do Interior. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 1 nov. 1910. Não obstante, em seu primeiro relatório, Frederico Ortiz escreveu que ao assumir a administração do estabelecimento, em 1913, encontrou “um material typographico composto de machinas de impressão em estado deploravel e quantidade incalculavel de typos em completo empastelamento”. Sem esclarecer o motivo pelo qual se deixou esse material jazendo “a um canto inaproveitado e em completo abandono”, apesar de ter custado aos cofres públicos “não poucos contos de réis”, decidira que levaria adiante os esforços necessários para realizar “um velho projecto de meus antecessores”. ALVES, op. cit., p. 526. O valor orçado para a reestruturação e aproveitamento do material existente foi de 21 contos de réis, dinheiro efetivamente pago à firma Bromberg. Graças a esse contrato, a tipografia fora, finalmente, montada na sala onde estavam os acumuladores da usina elétrica, após desocupada e transferidos os mesmos a outro salão contíguo, junto aos dinâmos. Ortiz se mostrava esperançoso, chegando inclusive a dizer que “este novo ramo (haveria de) ser um dos mais importantes dos que aqui temos”. A oficina esteve inicialmente sob a responsabilidade do preso Domingos Armentano, “habil artista nesse genero”, que, na função de mestre, ensinaria ainda “os reclusos que soubessem ler e escrever e tivessem pendor para essa rendosa arte”. Até o fechamento do relatório de Ortiz, Armentano já havia preparado seis “typographos, de treze que ensina”. Ibidem, p. 527. Apesar de reclamar melhoramentos, como a aquisição de “apparelhos de douramento para a secção de encadernação e o alargamento desta dependencia, aproveitando a que actualmente é ocupada pela Uzina”, na prestação de contas relativo ao ano de 1914, chama muito a atenção a quantidade de trabalho realizado nesta oficina: “Effectivamente todo o trabalho que exigia certa urgencia ao lado de particular cuidado, foi mandado para as nossas officinas graphicas, tendo a mesma impresso avulsos e mais de 22500 volumes de trabalhos para o Estado, sem contar encomendas particulares que foi em não pequeno numero, pois excede a 400000”. Idem, 1915, p. 71. De fato, o próprio relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior aqui citado, de 1915, e outro de 1914, foram publicados (como se lê na primeira página) nas Oficinas Gráficas da Casa de Correção de Porto Alegre. Mas não passaram desses dois, pois os sucessivos, até o final da Primeira República, estiveram sendo impressos pelas Oficinas Gráficas da *A Federação*. Entretanto, e contrariando todas as expectativas, o balanço comercial de 1915 revelou um “déficit”, ao que se atribuiu o não aprontamento de umas “obras no valor de 9 contos de réis”, que só foram entregues em janeiro de 1916. Durante aquele ano, imprimiram-se 9.474 brochuras, 462.412 avulsos e encadernaram-se 210 volumes. ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercicio do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1916**. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, I vol., 1916. p. 616. O que supunha, sem sombra de dúvidas, um esforço de trabalho nada desdenhável por parte dos seus presos-tipógrafos. Não obstante, a oficina não resistiu, sendo “todo o material [...] vendido a uma empresa jornalística desta Capital”. ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 27 de agosto de 1917**. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, I vol., 1917. p. 413.

sendo tirados por esse “atelier e remettidos ao Gabinete de Identificação, onde ficam archivados”.<sup>44</sup>

Conforme a Imagem n. 7, é possível observar que a oficina estava relativamente apetrechada. Repare-se nas várias placas de vidro, molduras, quadros, frascos diversos e na própria máquina fotográfica que acaparava a atenção de um dos sentenciados retratados. Sobressai, inclusive, uma lista que supomos conter as encomendas que movimentavam o dia a dia dos presos-fotógrafos. Ritmo que, a bem da verdade, não deveria ser nada tranquilo, se temos presente o aumento do fluxo humano verificado naqueles anos na Casa de Correção. Daí que se tenha incluído no álbum de 1913 (Imagem n. 8) um exemplo de fotografia de um preso ainda em processo, logo após sua entrada no estabelecimento. Este, como já se disse, era um dos principais serviços prestados ao Gabinete de Identificação.

Nos anos subsequentes, apesar de seguir recebendo atenções, a oficina de fotografia não escapou de alguns reveses. Visando melhorá-la, a princípios de 1914, encomendaram-se da Alemanha “varios apparelhos para a mesma”. Porém, tendo entrado aquele país em guerra, nada chegou a Porto Alegre. E, para piorar a situação, os aparelhos “mais importantes” que até então se usava, pertenciam a um “individuo” que, ao finalizar a condena, levou consigo as “peças photographicas que eram de sua propriedade”, ficando a oficina “impossibilitada de desenvolver-se, principalmente na confecção de clichés, que era a sua principal fonte de rendimento”. Queixava-se, ademais, de que os serviços prestados à chefatura de Polícia, “apezar de abundantes, apenas lhe dão para o custeio, dada a barateza de seus preços para essa dependencia”, gozando consequentemente de um lucro pívio, em comparação com as mais rendosas oficinas.<sup>45</sup>

No ano seguinte, a situação não apresentou alterações. Por conta de sua “montagem incompleta”, continuava limitada a “trabalhar unicamente para o Gabinete de identificação”.<sup>46</sup> Mas, o pior ainda estava por vir. Em 1918, em vez de lucro, as contas revelaram prejuízo, incomodando o administrador. Observou Frederico Ortiz que, prestando serviços unicamente à Casa de Correção e ao Gabinete de Identificação, “o preço de 2\$000 por cada par de retratos, fixado pelo antecessor dessa digna Chefia, é inferior ao custo dos mesmos”, motivo pelo qual informava já ter requerido a aprovação de sua elevação para 2\$500.<sup>47</sup> Ao parecer, a tentativa de Ortiz foi o *canto do cisne* da oficina de fotografia. Em seu balanço financeiro e comercial do período compreendido entre 1 de julho de 1919 e 30 de junho de

44 Idem, 1913, p. 525.

45 Idem, 1915, p. 69.

46 Idem, 1916, p. 614.

47 ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1919*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, I vol., 1919. p. 394.

1920, ela resultou deficitária, juntamente com a de vime,<sup>48</sup> espelhação e gravura.<sup>49</sup> O economicismo penitenciário do PRR não as perdoou e, naquele mesmo ano, foram todas fechadas.<sup>50</sup> Seu último mestre fotógrafo foi o preso Boaventura Bayan.<sup>51</sup>

## As joias da coroa: as oficinas de marcenaria e serralheria

A OFICINA DE MARCENARIA juntamente com a de serralheria eram as responsáveis pela maior parte do total dos lucros auferidos pelo trabalho penal anualmente. Apenas para se fazer uma ideia, dos mais de 126 contos de réis lucrados em 1913, um pouco mais de 85 correspondia somente às duas. Valor que, diga-se de passagem, superava a verba de 80 contos destinada para a alimentação e vestuário. E mais, naquele ano, os 126 contos de lucro ultrapassaram a própria verba de 111 contos e 100 mil réis destinada para todas as rubricas do estabelecimento (alimentação, enfermaria, vestuário, condução de presos, iluminação, utensílios, telefone, custeio de oficinas e limpeza do edifício),<sup>52</sup> tornando-o, momentaneamente, autossustentável.

A marcenaria, concretamente, era uma das mais antigas em funcionamento. Segundo o regulamento de 1896, a ideia original era abrir quatro oficinas, a saber: sapataria, carpinteria, canteiro e chapelaria.<sup>53</sup> Mas, de acordo com Frederico Ortiz,

48 Esta oficina, segundo Frederico Ortiz, fora organizada por se considerar de “facil amprendizagem, exigindo pouca ferramenta”. Embora criada em 1916, os trabalhos dessa oficina só começaram realmente em janeiro de 1917, “em mobílias, cestos e outros artefactos concernentes ao ramo”. Idem, 1917, p. 407.

49 Sua criação foi autorizada pelo chefe de Polícia, em 26 de setembro de 1914. Segundo informações prestadas pelo próprio Ortiz, esta oficina surgiu a raíz da entrada de um “condenado” caracterizado como um “habil artista em espelhação e gravuras de vidros”. Otimista em seus inícios, escreveu em 1915 ao seu superior que: “Tem já V. Ex. tido occasião de ver trabalhos dessa officina que, incontestavelmente, são mais perfeitos e de gosto mais apurado que quaequer outros feitos em officinas particulares desta Capital”. A isso acrescentara que: “dada a procura que, esta tendo as confecções desta especialidade nesta Casa, presumo que a sua receita no corrente anno, seja compensadora, porquanto a receita de Rs. 2.708\$050 produzida apenas em tres meses de existencia dessa officina, assim autoriza a esperar”. Idem, 1915, p. 72. Esta oficina funcionou, ao menos inicialmente, junto à de mosaico, onde se mandou fazer um “compartimento especial, de taboa, forrado de zinco”, custando 800 mil réis. Ibidem, p. 58. Não obstante, as expectativas não se cumpriram exatamente como o esperado. Em outro relatório, embora se tenha acusado ter alcançado seus produtos um saldo líquido de mais de um conto de réis, escreveu Ortiz bastante decepcionado que, apesar de “tão perfeitos e mais baratos do que os de fóra, não tem tido procura”. Idem, 1916, p. 615. Para piorar a situação, logo em seguida os dois sentenciados encarregados concluíram a condena, e os auxiliares não demonstraram a mesma competência para dirigi-la. Idem, 1917, p. 414. Em 1919, Ortiz cogitou a possibilidade de solicitar “o seu fechamento”, mas diante do aumento das encomendas naquele ano, acabou recomendando “que se espere o resultado anual para tomar uma deliberação a respeito”. Idem, 1919, p. 394. O resto da história já sabemos.

50 MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. *Mensagem e proposta de orçamento enviadas à Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros na 4ª sessão ordinaria da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1920*. Porto Alegre: Officinas graphicas d'A Federação, 1920. p. 36.

51 ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1920*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d'A Federação, I vol., 1920. p. 388.

52 ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1914*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Casa de Correcção, 1914, p. 57. Idem, 1915. p. 85.

53 Artigo 61 do Regulamento de 1896. Seminário de Pesquisas do AHRS, 1., 2001. Porto Alegre. *Anais [...] 2001*, n.p.

foi o capitão Antonio Leite Mendes<sup>54</sup> que dera, em 1897, “organisação official as officinas de chapéos de palha, vassouras e marcenaria, unicas que então existiam e que antes deste administrador eram exploradas por conta dos proprios presos”.<sup>55</sup> Desde então, vale a pena sublinhar, os presos deixaram de trabalhar por conta própria e passaram a fazê-lo *pelo e para* o Estado, único responsável pela “feição commercial”<sup>56</sup> do estabelecimento.

Imagen nº 9



Imagen nº 10



Fonte: MJC, n. 9736, 9726.

Quando da feitura das imagens n. 9 e n. 10, em 1913, a oficina de marcenaria já contava com aproximadamente 15 anos de existência sob a administração, patrocínio e proteção do Estado. Assim como a de serralheria, ela se beneficiou sobremaneira da chegada da corrente elétrica no recinto penal, entre 1908 e 1909, o que possibilitou a introdução de maquinário especializado para serrar e aplinar. Por certo, é possível identificar na Imagem n. 9 a presença de maquinário importado da marca Kirchner, de Leipzig, além de abundante matéria-prima. E na rara fotografia n. 10 se pode ver um grupo de reclusos transportando madeira sobre os ombros para dentro do recinto penal, vigiados de perto por um guarda interno. Pelas imagens, se tem a impressão de que os pavilhões que davam guarida às principais oficinas eram realmente espaçosos e arejados. Na Imagem n. 9, por exemplo, contabilizamos ao menos 30 trabalhadores, mas sabemos pelos relatórios dos administradores que o plantel de presos-operários da marcenaria variou bastante, de 75 a 114, entre 1913 e 1927.

54 Nomeado por Julio de Castilhos em 1 de dezembro de 1897, Bastos sucedeu o major Manoel Bento da Fontoura Casado. Pouco tempo depois, em 27/07/1899, teve que se afastar do cargo por doença, sendo desde então substituído, até 10/10/1899, pelo escriturário João Mario Emil. Após essa data assumiu, inicialmente em comissão, o então major Ernesto Theobaldo Jaeger. BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. III, 1926. p. 156.

55 ALVES, op. cit., 1915, p. 67.

56 Ibidem.

Tabela nº 1: presos-operários distribuídos por oficina

Ano	Marcenaria	Serralheria	Padaria	Sapataria	Mosaicos	Telas
1913	86	61	18	11	16	17
1914	104	c.90	—	—	18	—
1915	—	c.60	—	—	18	—
1916	114	60	20	14	17	—
1918	76	75	25	11	10	9
1921	88	105	36	12	16	19
1922	75	—	26	10	14	10
1923	112	104	c.38	10	14	14
1926	c.75	95	20	—	15	10
1927	c.90	90-100	9	11	10	10

Fonte: relatórios do secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Elaboração própria.

Durante esse período, a marcenaria confeccionou uma quantidade e variedade incrível de móveis. Apenas para se fazer uma ideia, já a meados de 1910, o Estado passou a demandar dela a “fabricação, em larga escala, das carteiras americanas para escolas públicas, de modo a ver si é possível não mais importar esse producto”.<sup>57</sup> Mas, além dessas carteiras de tipo ou modelo americano, também se fabricaram em larga escala outros móveis e objetos de madeira para diferentes instituições estaduais como escolas civis e militares, arquivo público etc. Essas demandas contribuíram certamente para que, em 1913, sua produção alcançasse 7.426 “obras diversas”.<sup>58</sup>

Segundo o balanço relativo ao ano de 1914, produziu-se, entre móveis de marcenaria “propriamente dita”, colchoaria, estofaria e carpintaria, outra assombrosa soma de 5.895 objetos, sem contar a “compostura de 106 moveis”. Diante desses números, não deve certamente ter estranhado a ninguém quando se escutaram os primeiros protestos dos empresários do ramo, alegando concorrência desleal. Segundo Melossi e Pavarini, em seu clássico *Carcere e Fabbrica*, os protestos e agitações contra a produção penitenciária nos Estados Unidos continuaram até por volta de 1930, embora o problema da competição entre a produção penal e livre já tivesse praticamente arrefecida a finais dos Oitocentos. As razões do fenômeno eram duas: as “dificuldades crescentes encontradas pelo capital privado para industrializar o processo produtivo penitenciário de forma que ainda pudesse ser competitivas num momento de renovação tecnológica no mundo da produção livre” e o “crescente peso das organizações sindicais na vida política e econômica dos Estados Unidos”.<sup>59</sup> No caso porto-alegrense, foi o governo estadual que assumiu o processo

57 CASA de Correção. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 8 jun. 1910. Ao contrário das originais norte-americanas, que tinham os pés de ferro fundido, as fabricadas na oficina de marcenaria eram de “ferro batido”. Segundo se dizia, os primeiros quebravam-se com “summa facilidade”, enquanto que os segundos demonstravam ser mais resistentes. Em termos de valores as duas carteiras possuíam “preços iguaes”, diferenciando-se unicamente pela maior durabilidade do produto da casa. ALVES, op. cit., 1915, p. 69.

58 Idem, 1913, p. 275.

59 MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-

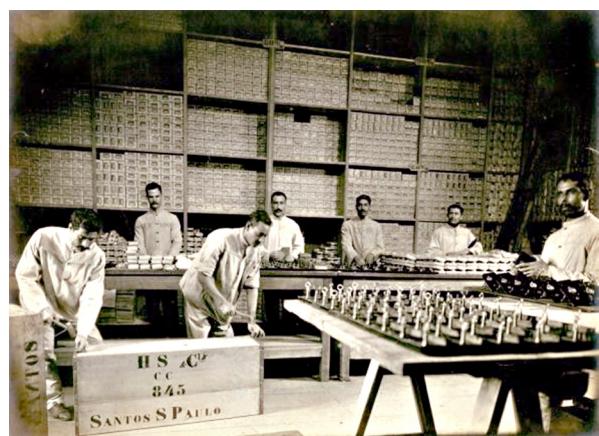
de modernização técnica e profissional, ao menos para algumas oficinas, impedindo intervenções externas duradouras, além de amortecer os ataques mais veementes por parte dos empresários locais. Tudo isso demonstra “a inter-relação entre os níveis econômico e político [...] dado o predomínio da ideologia positivista na atuação dos elementos do Partido Republicano Rio-Grandense ao contrário do que se dava, na esfera federal, onde predominavam as idéias do liberalismo clássico”.<sup>60</sup>

Assim, ao dispor de proteção e investimentos contínuos, mão de obra abundante e barata, maquinário especializado e conhecimento técnico acumulado, só seria uma questão de tempo para que a marcenaria passasse a receber encomendas que fossem muito além das carteiras escolares tipo norte-americano, abrindo-se, igualmente, às demandas de particulares.<sup>61</sup> Um bom exemplo do que acabamos de dizer foi precisamente o conserto de um avião de sistema Deperdussin, modelo militar, de um aviador inglês chamado John Barron, que, após algumas desafortunadas manobras nos céus de Porto Alegre, acabou caindo. Orgulhoso do feito sob sua administração, Frederico Ortiz relataria posteriormente que “essa compostura que demandava conhecimentos especiais, operarios praticos, material adequado, etc, foi feita nesta Casa, no espaço de tres meses”.<sup>62</sup> A bem da verdade, fazia alguns anos que os produtos saídos desta e de outras oficinas vinham se destacando pela qualidade e refinamento. Tanto que, em 1913, Ortiz já rogava ao chefe de Polícia para que não se fizesse apenas um mostruário para os móveis e objetos da marcenaria, mas sim um para cada uma das oficinas. Pensava, dessa forma, poder erradicar a ideia que afirmava existir em Porto Alegre de que a Casa de Correção “só produz obra de carregação”.<sup>63</sup>

Imagen nº 11



Imagen nº 12



Fonte: MJC, n. 9737, 9738.

XIX). Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006. p. 206-207.

60 REICHEL, Heloisa J. **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul - 1910/1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 11.

61 Para uma análise detalhada dos produtos, quantidades, instituições/repartições, e localidades que demandavam os objetos confeccionados pela marcenaria, veja-se: CESAR, Tiago da Silva. Trabalho, lucro e regeneração na Casa de Correção de Porto Alegre durante a República Velha. **Millars. Espai I Història**, Castellón de la Plana, 2(51), p. 154-161, 2021b.

62 ALVES, op. cit., 1916, p. 606.

63 Idem, 1913, p. 521.

Por outra parte, a oficina de serralheria conformava com aquela a *menina dos olhos* do sistema penitenciário do PRR. Isso porque suas manufaturas, desde a inauguração do empreendimento, em 21 de julho de 1910, ganharam rapidamente importantes mercados locais, mas também praças em outros estados, chegando inclusive a conquistar, no início dos anos 1920, países da região platina.<sup>64</sup> Na Imagem n. 12, onde aparecem alguns presos trabalhando na seção de empacotamento e encaixotamento, se pode ver em uma das caixas o destino “Santos S Paulo”. São Paulo foi uma praça consumidora importante, mas devemos acrescentar Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pernambuco.<sup>65</sup> Em 1913, ninguém menos que Borges de Medeiros avaliaria a serralheria como a oficina “mais importante”.<sup>66</sup> Por então, fabricava trincos franceses, também chamados “de caixão”, com e sem segredo, fechaduras para alcovas de diversos tamanhos, cremones, trempes para filtros e armações para carteiras escolares tipo norte-americano.<sup>67</sup> Mas, tal como sucedeu com a marcenaria, essa oficina também ampliaria sua oferta com os anos, mantendo-se altamente produtiva e competitiva.

Na Imagem n. 11, conseguimos contar 21 presos-operários da serralheria posando sob o olhar atento de um guarda interno. Uma vez que o número de trabalhadores foi sempre maior, desconfiamos que as jornadas de trabalho fossem organizadas por equipes, talvez ainda divididos em turnos. De fato, conforme a Tabela n. 1, em 1913, a oficina ocupou 61 indivíduos, aumentando para cerca de 90 em 1914. No ano seguinte, se reduziu o quadro para cerca de 60 e, em 1916, se manteve a mesma cifra. Em 1918 subiram para 75, chegando a 104 em 1923, para depois oscilar em torno de 95 em 1926, e entre 90 e 100 em 1927. Os números falam por si só, mas se somássemos com os presos-operários da marcenaria, teríamos de longe o maior contingente de trabalhadores em comparação com todas as demais oficinas da Casa de Correção e da maioria dos estabelecimentos industriais do Rio Grande do Sul.<sup>68</sup>

64 Segundo Herrlein Jr., “tomando-se o conjunto da indústria regional ao final dos anos 1910, os estabelecimentos voltados para a ‘exportação’ eram minoria, situando-se nos ramos textil e nos de processamento de carnes, banha e fumo”. HERRLEIN JR., Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 199, jan./jun. 2004.

65 Jornal do Commercio. Edição da Tarde. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 jun. 1916. Bahia e Sergipe aparecem como destinos dos produtos em 1921 e em 1928. ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio A. Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 4 de setembro de 1922*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, I Volume, 1922. p. 556. ARANHA, Oswaldo. *Relatorio apresentado ao Dr. Getulio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Oswaldo Aranha, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 25 de agosto de 1928*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, 1928. p. 193.

66 MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. *Mensagem enviada à Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinaria da 7ª legislatura em 20 de setembro de 1913*. Porto Alegre: Officinas Typographicas d' A Federação, 1913. p. 15.

67 ALVES, op. cit., 1913, p. 524.

68 “Considerando-se todos os estabelecimentos industriais, os tamanhos médios, quanto ao número de operários, eram de 13,9 no Rio Grande do Sul; 20,3 em São Paulo; e 22,5 no resto do Brasil. Tomando-se apenas os estabelecimentos capitalistas (10 ou mais operários), os tamanhos médios eram de 60,5 no Rio Grande do Sul; 84,1 em São Paulo; e 71,8 no resto do Brasil”. HERRLEIN JR., op. cit., p. 200.

Por tudo o que vimos até aqui, se pode inscrever essas oficinas dentro de uma história global do trabalho de condenados, conforme a proposta de De Vito e Lichtenstein. A trajetória da Casa de Correção de Porto Alegre, durante a Primeira República, permite perceber, claramente, a relação simbiótica entre o momento de forte industrialização e a ideologia positivista em voga na conformação do sistema de trabalho penal sob o governo do PRR. Em nosso caso, a produção propriamente dita, com a divisão dos lucros entre condenados e o Estado, mas também o interesse em fornecer uma aprendizagem técnica juntamente com a promoção de uma disciplina laboral funcional, além do mais, como uma espécie de dispositivo de fabricação de cidadãos republicanos. Em outras palavras, só é possível compreender a emergência, especificidade e importância dada ao trabalho penal em solo gaúcho se colocarmos em cruzamento tanto os fatores econômicos quanto os culturais e políticos. O estudo, ademais, faz coro com a afirmação de que “o trabalho de condenados provou ser compatível com diversos modos de produção e tipos de relações sociais modernas, como a expansão do capitalismo e a disseminação do trabalho assalariado”.<sup>69</sup>

## As outras oficinas do álbum

APESAR DE MAIS MODESTAS e ocuparem menos mão de obra, outras oficinas conformavam o parque industrial da Casa de Correção de Porto Alegre. Na Imagem n. 13, por exemplo, podemos ver dois presos-operários trabalhando na oficina de telas de arame. Claramente não havia espaço numa foto posada para mais, mas sabemos pelos dados da Tabela n. 1 que, em 1913, 17 indivíduos foram ocupados nessa atividade. Assim como em outras oficinas, tudo indica que o número de pessoal nela empregado variava conforme a demanda dos seus produtos. Neste caso, o contingente oscilou bastante nos anos posteriores, alcançando 19 sujeitos em 1921, e depois girando em torno de uma dezena. Na imagem em questão, se observa a confecção de uma peça de tela, presa ao mecanismo que a iria enrolando na medida em que aumentasse seu comprimento. Quando se deflagrou o conflito mundial, essa oficina passou por altos e baixos devido à elevação do preço de sua principal matéria-prima (o arame), estando “meio paralysada, executando apenas obras de encommendas”. Mas se enganaria quem pensasse que seu ritmo de trabalho, em tempos normais, não fosse em escala industrial. Segundo acrescentou Frederico Ortiz, como o estoque de arame não “era pequeno”, ao “rebentar a guerra européia, deu para não paraysal-a de todo”.<sup>70</sup> Apenas para se fazer uma ideia, em 1926, se fabricou 3.092 metros de “bôas télas de arame”,<sup>71</sup> e no ano seguinte outros 3.581 metros de tela e 23 quadros.<sup>72</sup>

69 DE VITO; LICHTENSTEIN, op. cit., p. 287. Tradução livre.

70 ALVES, op. cit., 1919, p. 392.

71 ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 24 de agosto de 1927*. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, 1927. p. 316.

72 ARANHA, op. cit., 1928, p. 195.

Em 1913, recém-estreado no cargo, Ortiz criou e anexou à oficina de telas uma seção de confecção de objetos de osso e chifre, “para aproveitar a habilidade de alguns presos que, por destraçao fabricavam nas prisões pequenos objectos de osso e chifre [...] curiosos e relativamente perfeitos”. Segundo ele, a “produção da dita secção consiste: em bengalas, feitas de chifre e osso, guampas para agua, copos para leite, talheres para salada, argolas para guardanapos e borrachões para vinho e agua, objectos todos esses fabricados da materia prima supra-referida”. Aquela seção produzia ainda “chapas e virolas de metal, para lombilho, preparo de montaria, de sóla e lonca, laços, chicotes, bombas para matte e etc.”.<sup>73</sup>

Imagen nº 13



Imagen nº 14



Fonte: MJC, n. 9735, 9739.

Desconfiamos, portanto, que essa seção tenha se fusionado com a oficina de ourives e trabalhos de couros, retratada na Imagem n. 14. Nela podemos observar alguns objetos que poderiam ser de couro e metal, e inclusive se vê alguns chifres. A referência mais antiga dessa oficina remonta ao ano de 1910, provavelmente extraída do relatório da Secretaria do Interior e Exterior. Trata-se de uma matéria jornalística que menciona as oficinas de serralheria, marcenaria, mosaico, alfaiataria, sapataria, padaria, tela de arame, fotografia e fotogravura e a de “obras de metal e tranças de couro”.<sup>74</sup> Outra menção aparece numa pequena nota publicada na ocasião do regresso ao Rio de Janeiro, do diretor da penitenciária do estado do Rio, Francisco de Paula Pereira Faustino, após ter visitado o estabelecimento correcional porto-alegrense.<sup>75</sup> Em todo caso, em relatório de 1924, a suposta seção de “trabalhos em ósso e outras miudezas feitas de chifre, taes como brincos, pulseiras, cintos, etc.” continuava operativa.<sup>76</sup> Em 1926, essa oficina confeccionou 50 pares de talheres de osso e “muitas

73 ALVES, op. cit., 1913, p. 526.

74 RELATORIO do Interior. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 1 nov. 1910.

75 VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 27 mar. 1911.

76 ALVES, Protasio Antonio. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio A. Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 6 de setembro de 1924**. Porto Alegre: Officinas Graphicas d' A Federação, 1924. p. 362.

miudezas”,<sup>77</sup> e no ano seguinte muitos trabalhos de osso e chifre, a saber: espátulas, colheres, e outros “objectos curiosos e que muito procurados são pelos visitantes”.<sup>78</sup>

Imagen nº 15



Imagen nº 16



Fonte: MJC, n. 9740, 9741.

Uma espécie de *souvenir* penitenciário? Tudo indica que sim. Note-se que, embora produzidos pelos presos, o incentivo provinha da administração. E se tivermos em conta de que esses *objetos curiosos* circulavam a partir das mãos dos visitantes, guardas, funcionários e governantes, talvez não seja disparatado fazer um paralelo entre eles e os cartões postais de condenados analisados por Negro.<sup>79</sup> Assim como os postais, tais objetos também poderiam suscitar ou representar valores compartilhados por amplos setores da sociedade. Essas recordações penitenciárias, bem olhadas, não deixavam de valorizar uma determinada memória e narrativa, a saber: a de um espaço modélico de trabalho penal do qual a sociedade deveria se orgulhar e prestar seu apoio, ou, ainda, a de uma instituição que havia sido transformada numa escola de regeneração, onde ninguém escapava à ordem, à moralização e ao trabalho. Esses artefatos representavam a civilização em contraposição à barbárie do crime e da degenerescência. Uma *civilização*, entenda-se, branca, eurocêntrica, hierarquizada, repressora e desigual.

Segundo adiante, na Imagem n. 15, temos uma fotografia posada dos presos-operários da oficina de mosaicos. Aparecem nove homens e um gato sobre o que entendemos ser uma pilha de tijoletas. Esse número de trabalhadores difere da maior parte das cifras obtidas nos relatórios dos secretários de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Como se pode observar por meio da Tabela n. 1, em 1913, se ocuparam 16 indivíduos, 18 entre 1914/1915, 17 em 1916, 10 em 1918, 16 em 1921, 14 entre 1922/1923, 15 em 1926 e 10 em 1927. Essa oscilação demonstra, claramente, a preocupação das

77 Idem, 1927, p. 316.

78 ARANHA, op. cit., 1928, p. 195.

79 NEGRO, Antonio Luigi. Black Americana: supremacia racial e supremacia de classe em fotografias da virada do século XIX ao XX. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-31, 2019.

autoridades penitenciárias pela obtenção de lucros, pois, como já se enfatizou, o aumento ou diminuição de operários dependia da demanda de seus produtos. Na “bella officina de mosaicos”, segundo uma matéria de 1910, fabricava-se tijoletas de “varias formas e feitios”, além de telhas, lajes de cimento, soleiras, pias etc., bastante elogiadas pelo cuidado com o acabamento e perfeição das peças. Afirmava-se que o custo do mosaico era muito “módico”, motivo pelo qual seu produto estava “muito vulgarizado”. Dizia-se que “com pouco mais de 30\$000 poder-se-á fazer a calçada de um predio de tres aberturas de frente”. Não estranharia, portanto, que a oficina estivesse realmente concorrendo “para o melhoramento da cidade”, como se disse, mas também para o embelezamento de outras edificações de fora da capital, a exemplo da encomenda de uma “partida” de mosaicos realizada pela Intendência de Santa Maria.<sup>80</sup>

Em 1912, a oficina de mosaicos teve um lucro de 10 contos, 300 mil e 860 réis. Sua produção foi de 5.486,43 m<sup>2</sup>, além da fabricação de cantoneiras, degraus fingindo mármore e outros “muitos objectos”. Apesar das autoridades competentes a considerarem uma das mais movimentadas, reclamava-se da necessidade de máquinas modernas, uma vez que as existentes haviam sido adquiridas havia oito anos. Todavia, segundo as informações prestadas, a depender da qualidade do mosaico e da destreza dos mestres e operários, se lograva fabricar de 30 a 40 metros diários. Daí que só nos três primeiros meses de 1913, justamente o ano da Imagem n. 15, onde se pode ver uma espécie de mostruário dos principais produtos oferecidos, os lucros já alcançassem 4 contos, 563 mil e 120 réis. Tirando um curto período em que fora desativada por conta da alta do preço do cimento, decorrente da Primeira Guerra Mundial,<sup>81</sup> essa oficina continuou operativa até pelo menos finais dos anos 1920.<sup>82</sup>

A oficina de sapataria, por sua vez, em meados de 1910, fora descrita como pouco desenvolvida,<sup>83</sup> mas, mesmo assim, acabou demonstrando-se lucrativa com os métodos e mão de obra disponíveis. Através da imagem n. 16, podemos ver 12 homens posando junto a ferramentas e objetos fabricados, como sapatos e chinelos, estes últimos ocupando uma enorme estante envidraçada ao fundo. Em 1913, Ortiz defendeu a “necessidade de reformar ou aumentar o número de máquinas, pois o trabalho manual empregado não dá vazão às encomendas”,<sup>84</sup> mas, apesar disso, o número de presos-sapateiros continuou praticamente o mesmo até finais dos anos 1920: 11 em 1913, 14 em 1916, 11 em 1918, 12 em 1921, 10 entre 1922/1923 e 11 em 1927 (veja-se Tabela n. 1).

80 CASA de Correcção. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 8 jun. 1910.

81 Queixava-se de que o preço do cimento havia chegado a 400 réis o quilo, quando antes do conflito custava 100 réis ou inclusive menos. Não obstante, o trabalho industrial realizado, até então, tinha produzido um estoque de mais de 4.000 m<sup>2</sup> de mosaicos de diversas estampas, “que se foi vendendo durante aquella conflagração, com grandes lucros para a officina, pois que, como é natural, acompanhou-se a alta, que tambem teve este producto. Restando hoje 900 metros do mesmo e tendo baixado sensivelmente a matéria prima, está esta officina funcionando de novo, si bem que ainda uma pequena producção”. ALVES, op. cit., 1919, p. 392.

82 Idem, 1924, p. 361. ARANHA, op. cit., 1928, p. 195.

83 CASA de Correcção. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 8 jun. 1910.

84 ALVES, op. cit., 1913, p. 523.

Pode-se, portanto, supor que se os balanços comerciais, como o relativo ao ano de 1914, sinalizavam ganhos líquidos, isso certamente se dava graças à exploração da mão de obra encarcerada, além da destreza de seus mestres. Naquele ano, fabricaram-se 744 pares de chinelo para “gasto” do estabelecimento, e ainda se atendeu “alguma encomenda para fora, cuja confecção tem igualado a melhor obra feita nesta Capital”.<sup>85</sup> Com o aumento da população reclusa, que por esses anos já rondava os 600 indivíduos, tudo indica que essa oficina foi, paulatinamente, dirigindo-se quase que exclusivamente para a demanda de “obras para a Casa”.<sup>86</sup> De fato, os relatórios continuaram dando conta de confecções em “grande escala” de sapatos e chinelo “para uso diário dos reclusos, além de outros objectos em couro”.<sup>87</sup> Entre 1923 e 1924, além de chinelo, se produziram “sapatos de lona e de fazenda” e também “botinas muito bem confeccionadas e fortes”. Acrescenta-se que, por então, se tinha reativado o fornecimento a “alguns particulares”, ademais de realizarem inúmeros consertos. Para aumentar os lucros, a administração fez a mesma proposta de há, aproximadamente, uma década atrás, isto é, a compra de um maior número de máquinas modernas.<sup>88</sup> Mas outras reformas continuaram sendo ventiladas. Em 1928, por exemplo, se dizia que com as melhorias devidas se poderia calçar não apenas a Casa de Correção, mas também a Brigada Militar e outras “Policias, etc”, tal como “se vê na moderna e modelar Penitenciaria do Estado de S. Paulo”.<sup>89</sup>

## Considerações finais: qual era o perfil do preso-operário da Casa de Correção?

DEVEMOS APROVEITAR essas palavras finais para algumas reflexões. A primeira delas diz respeito aos vários papéis que o álbum de 1913 pode ter desempenhado. Bem olhado, poder-se-ia dizer que a narrativa produzida por suas imagens, não só faziam parte, como reforçavam claramente o “discurso público”<sup>90</sup> do PRR acerca do sistema penitenciário por ele adotado. Um discurso, diga-se de passagem, totalmente afinado com a base ideológica e doutrinária do partido, que, sem sombra de dúvidas, daria muito orgulho ao mismíssimo Auguste Comte, *guru* dos castilhistas, ao apresentarem em âmbito penitenciário ações que envolviam duas questões axiais para o filósofo francês: organização e moralização.

Como analisamos, não restam dúvidas de que estes retratos posados buscavam mostrar a capacidade e aptidão administrativa do responsável direto da prisão. Mas, para que isso acontecesse, isto é, para que as imagens surtissem o efeito desejado, se lançou

85 Idem, 1915, p. 71.

86 Idem, 1919, p. 392.

87 VARIAS. **A Federação**, Porto Alegre, p. 6, 2 out. 1923.

88 ALVES, op. cit., 1924, p. 361.

89 ARANHA, op. cit., 1928, p. 195-196. Sobre a penitenciária de São Paulo, ver: SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

90 SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Tafalla: Editorial Txalaparta/Ediciones Era, 2003. p. 44.

mão de valores e representações através de códigos de posturas, enquadramentos, gestos, olhares etc., caras e partilhadas especialmente por aqueles a quem se destinavam. Os mandatários destinatários, certamente, não as Ieriam da forma esperada se fossem produzidas com outra gramática. Daí que tais fotografias sejam também um espelhismo de suas ideias e concepções acerca do bom governo de uma instituição penitenciária.

A chamada *ciência penitenciária positiva*, em consonância com os valores de uma sociedade em plena expansão capitalista, não poderia, consequentemente, escolher outro ingrediente dos velhos repertórios disciplinares e de castigo mais acorde que o trabalho. De fato, desde finais do século XIX e princípios do XX, há entre reformadores e penitenciaristas uma espécie de consenso a respeito da importância do *trabalho penal* enquanto instrumento de regeneração e moralização. Assim, mostrar em 1913 um conjunto de retratos de presos ocupados em diferentes ofícios, não somente transmitiria a imagem de um estabelecimento de proa, que seguia de maneira atualizada as últimas tendências e recomendações do ramo, como também o associaria a outra representação não menos positiva – a da *fábrica* – em um momento de forte industrialização no Rio Grande do Sul.

Duplo ganho de *marketing*, se diria hoje em dia, pois o que dizer de um estabelecimento que até finais do século XIX sofria a pecha de *escola do crime*, e que, em poucos anos, sob a administração do PRR, se converteria numa *escola de operários*? Com premiações e outros reconhecimentos por suas habilidades técnicas?<sup>91</sup> Por certo, o termo “preso-operário” não é nosso, mas das próprias fontes oficiais e periodísticas da época. Em suma, o álbum de 1913 lançou mão claramente de discursos e representações caras à modernidade capitalista em voga. Tanto que, se por um momento esquecêssemos se tratar de uma prisão, ao menos algumas fotos suas poderiam ser perfeitamente confundidas com qualquer outro espaço laboral do mundo livre da Primeira República, a exemplo daquelas analisadas por Ciavatta para o Rio de Janeiro.<sup>92</sup> O que demonstra,

91 Os produtos do estabelecimento correcional porto-alegrense já haviam sido premiados na longínqua Exposição Estadual de 1901, na Nacional de 1908 e, em 1916, na Exposição Agro-Pecuária do Estado, realizada na Avenida 13 de Maio, em 20/9/1916. Sobre essa última, escreveu Ortiz que “embora sem produção que se adaptasse ao programa”, participou o estabelecimento com o que “poude produzir de momento”. Exibiram-se “freios, facas, telas de arame, laços, bolas, arreios de montaria e para carroça, botas de montar, mobilias adequadas a habitações rurales e productos de nosso jardim e horta”. Contra todas as expectativas, tais produtos lograram um “verdadeiro sucesso”, pois “attesta-o o empenho com que foram disputados os objectos expostos por occasião do leilão, como tambem a medalha de ouro e menções honrosas obtidas”. ALVES, op. cit., 1917, p. 407. Por então, as manufaturas produzidas pelos presos-operários eram expostas “numa das secções da actual Exposição Permanente, á rua dos Andradas em face da rua Uruguay”, mas serve igualmente de exemplo do grau de especialização alcançado por algumas das oficinas, o conserto do avião do inglês John Barron que havia se despedaçado numa queda, em Porto Alegre, naquele ano. Segundo se relatou, em três meses, os presos-operários o deixaram em condições de voar inclusive melhores que antes. A MENSAGEM. Casa de Correção. **A Federação**, p. 1, 17 out. 1916. Mas não é só isso. Um “bureau” de caroba do sentenciado Pedro Girardi, por exemplo, conquistou uma medalha de ouro na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, inaugurada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1922. ALVES, op. cit., 1924, p. 360. E, por ordem do governo do Estado, entregou-se, em 23 de junho de 1926, a Rudá Brandão Azambuja, um escritório completo “estilo ‘Monroe’”, “para figurar na exposição permanente do ‘Centro Sul Rio Grandense’, sob a direcção do dr. Julio Azambuja, no Rio de Janeiro”. Idem, 1927, p. 315.

92 CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

justamente, a *intericonicidade*<sup>93</sup> dessas imagens entre os mundos do trabalho para além da Casa de Correção.

Mas ainda resta por perguntar sobre o perfil desses presos-operários retratados. Devemos começar observando que, apesar de as mulheres encarceradas compartilharem a mesma instituição e trabalharem na seção feminina da oficina de alfaiataria,<sup>94</sup> em nenhuma instantânea elas aparecem. Claro que se poderia alegar se tratar de um álbum incompleto, ou que também não se registrara a seção masculina, mas, particularmente, acreditamos que a ausência, fosse intencional ou não, não deixa de ser sintomática de uma cultura de controle e castigo dos corpos femininos. A invisibilização de mulheres presas, inclusive por parte da própria administração prisional, deve ser tomada como extensão de uma política punitivista desferida contra as mulheres que, independentemente do motivo, rompiam com o estereótipo do *anjo do lar*. Essas ausências (in)conscientes dificultam os estudos prisionais sobre as mulheres, sobretudo para períodos mais recuados, tornando-as *prisioneiras de Clio* em seu duplo sentido.<sup>95</sup>

*Enfim...* nas fotografias que nos chegaram do início dos anos 1910, aparecem vários indivíduos não brancos. Mas, ao contrário do que se poderia pensar, os registros disponíveis sobre a cor dos encarcerados de meados dessa década revelam uma realidade bem diferente. Em 1915, de um contingente de 591 reclusos, a imensa maioria era de brancos (66% - 388), enquanto os 34% restantes de *não brancos* se pulverizavam entre pardos (20% - 120), pretos (11% - 68) e indíaticos (3% - 15). Em 1916, de um total de 603, embora os percentuais tenham sido bem mais equilibrados: 53% (318) *versus* 47%: pardos (100 - 17%), negros (79 - 13%) e indíaticos (106 - 17%); os presos brancos continuavam sendo a maioria.

Essa carne presidiária era essencialmente *masculina* (96% em 1915 e 97% em 1916), *jovem* (44% tinham entre 12 e 30 anos em 1915/1916) e *solteira* (68% em 1915/1916), com índices consideráveis de analfabetismo. Em 1916, praticamente a metade dos indivíduos eram analfabetos (49% - 297). E, por mais que nos anos subsequentes se tenha reduzido consideravelmente esse percentual, sobretudo entre 1918 e 1929, ainda assim nunca esteve abaixo dos 20%.<sup>96</sup> Quanto à religião e origem, a maioria foi identificada como católicos sul-rio-grandenses, presos, ao menos em 1916, majoritariamente, pelos delitos de homicídio, roubo e furto. Uma reportagem daquele ano, comentando justamente o relatório de Protásio Alves, acrescentaria sobre o perfil desses indivíduos que “geralmente” eram “procedentes da nossa campanha e fronteira, onde estão mais afeitos ao trabalho agrícola

93 COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43 e 157.

94 Sobre essa oficina veja-se: CESAR, op. cit., p. 166-168.

95 CESAR, Tiago da Silva. As prisioneiras de Clio. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da (org.). **História das mulheres no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2022. p. 185-243. Em termos percentuais, as prisioneiras compunham entre 2% e 3% da população penal. Ibidem, p. 190-191.

96 Idem, 2021a, p. 515.

ou á vida pastoril".<sup>97</sup> O PRR, portanto, também contribuía – via sistema prisional – para a formação de uma reserva humana com formação técnica ou mecânica. Nesse sentido, concordamos com a ideia de que o trabalho dos condenados, mesmo sob a fachada da reabilitação e punição, continuava sendo uma prática central de uma rede coercitiva bem mais ampla e complexa.<sup>98</sup>

Por último, gostaríamos de advertir que, embora não tenhamos reconstruído *flashes* do cotidiano prisional existente por trás das imagens sisudas de 1913, isso não significa que concordemos com a ideia de que os encarcerados tenham correspondido sempre às ordens, hierarquias e ao controle imposto intramuros, tal como as fotografias em questão insistem em sugerir. Devemos, pelo contrário, compreender que essa era justamente *uma* das intenções ou efeitos de leitura-interpretação que o conjunto de fotografias deveria produzir. Daí que continuem tão importantes as palavras do médico Sebastião Leão, quando no final do século XIX escreveu que, apesar de tudo, se enganaria quem pensasse que na Casa de Correção imperaria apenas o silêncio e a tristeza.<sup>99</sup>

Recebido: 12/07/2024

Aprovado: 15/03/2025

97 A MENSAGEM. Casa de Correcção. **A Federação**, p. 1, 17 out. 1916.

98 DE VITO; LICHTENSTEIN, op. cit., p. 302.

99 MOREIRA, op. cit., p. 290.